

AUTISMO: CONHECER PARA INCLUIR

Alan Marcel de Barros, Alice Gritti, Maria Elisa Amaral Piva, Maria Isabel Amaral Piva Baroni

Resumo

O trabalho atual centra-se no autismo, um termo usado para se referir a indivíduos com deficiências leves a graves nos domínios social, de comunicação e comportamental, com interesses limitados e repetitivos, e agora inclui várias classificações separadas de termos anteriores. O objetivo deste estudo foi compreender as características apresentadas pelos indivíduos com esse transtorno, pois é a partir desse conhecimento que é possível ajudá-los a se desenvolver melhor como pessoa e no processo de integração na sociedade e na sociedade; portanto, é de extrema importância que os profissionais da educação compreendam como funciona o cérebro das pessoas com autismo e quais são suas características cognitivas, pois só assim os professores estarão mais aptos a incluir essa criança em um processo de ensino-aprendizagem. Para a pesquisa em questão, foi utilizada a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. ABA. Aprendizagens.

INTRODUÇÃO

Os transtornos do espectro autista são caracterizados por déficits persistentes na comunicação social e interação social em uma variedade de condições, incluindo déficits na reciprocidade social, comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social e habilidades no desenvolvimento, manutenção e compreensão de relacionamentos. Além do comprometimento da comunicação social, um diagnóstico de transtorno do espectro do autismo requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

A aprendizagem de uma criança com autismo exige muito esforço do professor, e para isso é muito importante capacitar esse profissional para lidar com crianças com esse transtorno e trabalhar para incluí-las nas aulas regulares, pois a educação é importante para essa pessoa, tanto no desenvolvimento cognitivo como no psicossocial.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), o princípio fundamental das escolas inclusivas é que todos os alunos aprendam juntos o máximo possível, independentemente de suas dificuldades e diferenças. Ou seja, todas as crianças devem participar das mesmas atividades que são aplicadas em sala de aula, e foi aí que surgiu o interesse e a necessidade de buscar mais informações sobre a inclusão de alunos com deficiência nas escolas de educação formal. E entre tantas deficiências, escolhemos o autismo porque é diferente de muitas outras deficiências existentes, não tem características físicas óbvias, é um transtorno indefinido, uma incógnita ainda não compreendida pelos pesquisadores.

Segundo Cunha (2009), não há cura para o autismo e, à medida que os indivíduos envelhecem, a situação muda dependendo de suas experiências de vida, como são tratados, como se relacionam com os outros, sua escola e família.

CAPÍTULO I – AUTISMO, UM CAMINHO A PERCORRER

Autismo, Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno invasivo do desenvolvimento não especificado, transtorno invasivo do desenvolvimento ou Espectro Autista. Todas essas expressões são usadas para se referir a crianças que têm dificuldades sociais, de comunicação e de comportamento. Desde que ele estudou o autismo pela primeira vez, muitos termos foram usados para se referir ao distúrbio, às vezes confundindo até mesmo aqueles que o estudam. Atualmente, o Transtorno do Espectro Autista é tratado em vários graus porque um autista é diferente de outro, embora faça parte dos principais critérios que definem as pessoas com autismo, diagnosticado de acordo com uma escala estabelecida pela "sociedade" Medicina" e é classificado por DSM V como: Leve, Moderado e Grave.

Em 2013, foi lançada a 5ª edição do DSM-V, introduzindo um novo termo para se referir a todas as categorias acima, Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). A documentação afirma em sua 5ª edição:

As manifestações desse transtorno também variam amplamente de acordo com a gravidade do autismo, nível de desenvolvimento e idade cronológica; daí o uso do termo espectro. Os transtornos do espectro do autismo incluem anteriormente conhecido como autismo da primeira infância, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação, transtornos desintegrantes da infância e transtornos da Síndrome de Asperger. Transtornos Mentais, 5ª ed. DSM-5, 2013, p. 53).

Percebe-se que com a introdução do DSM V houve uma compreensão mais clara do que é o autismo, pois vários termos anteriormente classificados separadamente foram unificados, cada um com critérios diagnósticos diferentes, embora alguns desses transtornos tenham características muito semelhantes.

Esses transtornos são agrupados em cinco categorias, que são apresentadas a seguir, destacando suas principais características de forma não aprofundada, uma vez que o foco principal deste capítulo é o autismo e suas variantes.

1. **Transtorno do Autismo** – Este é um distúrbio global do desenvolvimento infantil que começa antes dos 3 anos de idade e persiste por toda a vida. Caracteriza-se por um

espectro de sintomas que afetam os domínios da socialização, comunicação e comportamento, sendo o mais afetado o da interação social.

2. **Síndrome de Asperger**– A síndrome de Asperger é um transtorno invasivo do desenvolvimento com muitas características semelhantes ao autismo, como interação social prejudicada, comportamento prejudicado, interesses e atividades limitadas e padrões repetitivos. No entanto, não houve atraso significativo ou significativo no desenvolvimento da linguagem oral. As pessoas com síndrome de Asperger têm inteligência média ou acima da média, ou seja, sem limitações intelectuais. Esta síndrome é muitas vezes confundida com autismo de alto funcionamento.

3. **Síndrome de Rett** – Esta síndrome não está no espectro do autismo. Esta é uma síndrome rara que afeta principalmente meninas. Afeta cerca de 1 em 10.000 meninas. A doença tem causa genética identificada, mas não é herdada, ou seja, a mutação ocorre exclusivamente naquela criança. O problema se desenvolve em etapas, aparecendo inicialmente entre 6 e 18 meses de idade. Primeiro, a criança passa por uma fase de parada, caracterizada por uma falha no desenvolvimento. Em seguida, o crescimento do crânio diminui, a interação social diminui e o isolamento ocorre. A criança então passa por uma fase de regressão psicomotora com irritabilidade e comportamento autista. Apresenta comprometimento da fala e movimentos estereotipados das mãos. Durante esta fase também ocorre uma crise convulsiva, muitas vezes grave. Muitas vezes, as crianças desenvolvem muitos distúrbios do movimento ao longo de suas vidas.

4. **Transtorno Desintegrativo da Infância** - também não no espectro do autismo. Ocorre em crianças que se desenvolvem aparentemente normalmente durante os primeiros 2 ou 3 anos de vida, após os quais há perda severa de habilidades sociais e de comunicação. Após este período de retrocesso, entra numa fase de estagnação e é difícil de manter. É raro, ocorrendo em cerca de 1,7 por 100.000 crianças e a causa permanece desconhecida.

5. **Transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação** - é uma categoria diagnóstica de exclusão, ou seja, podemos considerá-lo uma categoria de "traços" de autismo porque o indivíduo que o apresenta não se enquadra no trigêmeo de base alterado.

O autismo tem suas variantes, desde características leves que não permitem um diagnóstico até um quadro clínico complexo com todos os sintomas. Essas mudanças transitam por uma tríade de distúrbios nos domínios social, comunicativo e comportamental, mas nem todas essas dificuldades ocorrem sempre juntas no mesmo caso. Algumas pessoas têm deficiências sociais, mas sem problemas de comportamento, e algumas pessoas têm deficiências de comportamento, mas sem atrasos de linguagem. Todos apresentam algum grau de dificuldade social (SILVA, 2012, p. 42).

Para entender melhor os diferentes níveis de autismo, os especialistas que estudam o problema dividem o transtorno nas seguintes categorias:

- **Traços autistas com características muito leves:** essas pessoas não têm todas as deficiências, mas apenas algumas dificuldades devido a certos traços autistas. É comum ver essas características em irmãos e pais de crianças com autismo. Muitas pessoas associadas a computadores e videogames têm traços no espectro do autismo.
- **Síndrome de Asperger:** Pessoas com Síndrome de Asperger apresentam uma série de sintomas de socialização prejudicada. Permanecem sozinhas nas atividades e têm dificuldade em compartilhar pensamentos e interesses e entender o que a outra pessoa está sentindo ou pensando. O interesse é limitado e eles exibem rotinas e rituais, incluindo falas e formas únicas de falar. Às vezes, eles parecem muito "contudentes" e usam um vocabulário incomum, inadequado para sua idade. Mesmo quando a fala é preservada, a comunicação pode ser "estranha" porque eles não entendem frases de duplo sentido ou linhas de conversa. Eles costumam fazer perguntas para as quais já sabem a resposta. Pessoas com essa síndrome não apresentam atrasos de linguagem ou retardo mental, mas podem ter dificuldades de aprendizado.
- **Autismo com funcionamento do ego:** Esta pessoa não tem déficits cognitivos, ou seja, retardo mental, mas tem atrasos de linguagem, ao contrário das pessoas com síndrome de Asperger. Eles ainda têm dificuldades sociais, dificuldades comportamentais, como estereótipos. Possuem boa inteligência e utilizam seus recursos cognitivos para superar as dificuldades que o autismo apresenta. Na vida adulta, as pessoas com autismo de alto funcionamento são muitas vezes confundidas com pessoas com síndrome de Asperger, quando, na realidade, apresentam comportamentos muito semelhantes. Portanto, o tratamento precoce dessas crianças pode permitir que elas transitem pelo espectro no sentido de atingir sintomas menos graves, se tratadas adequadamente.
- **Autismo clássico e grave com deficiência intelectual:** as pessoas nesta categoria têm problemas para serem independentes. Crianças com esse diagnóstico costumam ter grande dificuldade de socialização. Eles não farão contato visual, formarão relacionamentos adequados ou

tentarão compartilhar interesses ou brincar com outras pessoas. Muitas pessoas acabam isoladas em seu cantinho sem desenvolver adequadamente o idioma. Eles podem ter grande dificuldade em se comunicar, até mesmo perguntando sobre coisas que os interessam. Eles exibem movimentos repetitivos, como sacudir o corpo e acenar com as mãos. Eles podem exigir cuidados ao longo da vida, e cada habilidade deve ser treinada em detalhes, como higiene pessoal e autocuidado.

Segundo Silva (2012), o autismo típico é um grave problema de saúde que requer intervenção precoce e possivelmente ao longo da vida, como mostram os autores no relato a seguir:

Marisa é a garota tão esperada. Ela nasceu com sete meses e teve que passar quase um mês em uma incubadora. Ela não gostava de contato físico desde criança, ficava irritada até na hora de amamentar, seus pais não choravam quando ela a via, mas também não riam. Ela não olha diretamente nos olhos, nem segue o olhar de seus pais. Com um ano de idade, ela andava normalmente, mas na ponta dos pés. Às vezes, os pais sentiam que ela estava "se escondendo" deles, se escondendo no canto da casa, sacudindo a caixa. Ela nunca fala e, quando deseja algo, usa os pais como "ferramentas" para segurar suas mãos e conduzi-los a alcançar o que deseja. Após ingressar na escola, aos 3 anos, passou a apresentar crises de agitação e a se morder. A única coisa que pode acalmá-la é sentar-se na frente do ventilador. Ela tem dificuldade para tirar as fraldas e precisa de muito treinamento para usar o banheiro. Hoje, com 11 anos, ainda está na unidade de terapia intensiva e aprendeu a se comunicar minimamente por meio de um sistema de troca de imagens. (SILVA, 2012, p. 48).

Percebe-se que existem vários graus de autismo, e percebe-se que em alguns indivíduos o autismo se manifesta de forma muito sutil, permitindo que ele tenha uma vida futura independente, ou seja, pode ser, seu próprio Take cuide de si mesmo, enquanto os que estão no pior quadro estão sempre dependentes de alguém, eles têm dificuldade em se tornar pessoas independentes e competentes.

CAPÍTULO II - DA EXCLUSÃO A INCLUSÃO: O ESTUDANTE AUTISTA NA ESCOLA

Excluir ou incluir, ainda existem muitas dúvidas sobre a definição desses termos, e muitos professores ainda ficam confusos sobre esses eles, que serão abordados com mais detalhes posteriormente.

Essa questão sobre o processo de inclusão tem sido muito abordada nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito à inclusão escolar, e a cada dia a discussão sobre esse tema é mais intensa. Falar sobre inclusão é sempre um assunto muito polêmico, principalmente quando se trata de crianças com algum tipo de deficiência, principalmente aquelas diagnosticadas com autismo, que possui múltiplas manifestações, tornando a inclusão escolar cada vez mais difícil. Isso se deve à variabilidade da própria doença, ou seja, a gravidade de características leves a mais graves.

Segundo Grandin e Scariano (1999), uma criança autofuncional no espectro do autismo compreende claramente essa gravidade ao descrever:

O autismo é um transtorno do desenvolvimento. Déficits em sistemas que processam informações sensoriais recebidas levam à percepção das crianças de alguns estímulos são hiperativos, enquanto outros respondem fracamente. Frequentemente, a criança está "ausente" de seu ambiente e daqueles ao seu redor para bloquear estímulos externos aparentemente avassaladores. O autismo é uma anormalidade infantil que isola as crianças dos relacionamentos humanos. Ela deixa de explorar o mundo ao seu redor e fica em seu mundo interior (GRANDIN e SCARIANO, 1999, p.18 apud PRAÇA, 2011, p.25).

A inclusão de crianças com necessidades especiais, tanto na escola quanto na sociedade, tem sido um tema comum em diversas pesquisas desenvolvidas por diversos autores que se propõem a falar sobre esse tema da inclusão.

Mantoan (2003), em seu livro *Inclusão nas Escolas: O que é? Porquê? Como fazer isso?*, salienta que existem diferentes formas de compreender o processo de integração escolar. O uso do termo "integração" refere-se mais especificamente à inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares, mas também é usado para se referir a alunos sendo agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo classes especiais, grupos recreativos ou moradia para pessoas com deficiência.

Para Mantoan (2003), a integração escolar pode ser entendida como "educação especial", ou seja, a justaposição da educação especial e da educação regular, resultando na inflação desse modelo devido ao deslocamento de profissionais, recursos, métodos e tecnologias na educação.

De acordo com o *Autism Rights Handbook* (2011), os serviços educacionais especializados para pessoas com autismo são melhor prestados no sistema escolar formal. No entanto, nem todas as crianças e adolescentes com autismo se beneficiam da instrução regular em sala de aula. Cada caso deve ser analisado individualmente pela equipe de educação e saúde que acompanha a criança ou jovem.

Permitir que crianças com autismo entrem em salas de aula regulares de acordo com a lei protege o direito dos alunos à educação, e cabe aos pais escolher se matriculam seus filhos em escolas regulares. Para que uma instituição de ensino promova, inicialmente, o desenvolvimento e, posteriormente, a aprendizagem, ela deve ter uma prática pedagógica coletiva em que se articule a importância do envolvimento da família na escola, além de mudanças na natureza da estrutura e do método, em prol de um currículo que também é adaptado às necessidades da criança. (DOWN, 2014, p. 3 apud NOGUEIRA, 2014, p. 28)

Algumas pessoas adaptam-se bem à integração em escolas regulares, mas em turmas menores, com apoio, e até em turmas especiais. Algumas crianças e adolescentes no espectro do autismo, muitas

vezes com outras deficiências relacionadas, são mais bem ajustadas a escolas especiais. Depende das características individuais de cada pessoa, do momento de vida e desenvolvimento em que se encontra.

Cunha (2013) apud (SILVA, 2015) afirmou que para a aprendizagem do aluno com autismo, o professor precisa se atentar aos detalhes para poder traçar estratégias de ensino e ensiná-las de forma lúdica que os alunos irão alcançar resultados notáveis em seu desenvolvimento.

Para alunos com autismo, os professores podem usar diferentes estratégias de ensino para desenvolver sua aprendizagem. Algumas atividades desenvolvem cognição, comunicação, linguagem, interação social, atenção e desenvolvimento motor. Dentre essas estratégias, os professores podem utilizar as seguintes atividades: uso de novas tecnologias, livros, jogos individuais e em grupo, música, desenho, atividades cotidianas temáticas, blocos lógicos, encaixe geométrico, atividades que estimulem o raciocínio lógico matemático, movimento, movimento para explorar atividades em outras áreas do conhecimento (CUNHA, 2013, apud SILVA, 2015).

Percebe-se que o atendimento educacional individualizado às crianças com autismo é fundamental para que elas tenham um melhor desempenho acadêmico e sejam bem socializadas com outras crianças ao se integrarem à sala de aula formal.

Conforme descrito por Silva (2012) na seção descrita abaixo:

A necessidade de atenção individualizada é evidente em crianças com autismo típico, ou seja, aquelas com maiores dificuldades de socialização, barreiras de linguagem e comportamentos repetitivos. Essas crianças já haviam iniciado seus anos escolares com um diagnóstico, e as estratégias individualizadas surgiram naturalmente. Frequentemente, eles são mentalmente retardados e, portanto, incapazes de acompanhar as demandas da instrução como outras crianças. Para essas crianças será necessário acompanhamento educacional profissional e individualizado (SILVA, 2012, p. 75).

Porém, o que se pode observar no dia a dia nas escolas ditas formais é que nem sempre isso acontece, ou seja, atendimento personalizado pois a maioria dessas escolas não tem estrutura suficiente para receber esses alunos que precisam de mais atenção, e a maioria dos professores não estão preparados para lidar com as peculiaridades dessas crianças, que chegam às escolas formais como alunos inclusivos.

Silva (2012) desvendou o depoimento de uma mãe de uma criança com diagnóstico de autismo em seu livro “O mundo é estranho: entendendo o autismo”, no qual fica claro que algumas das recomendações para receber essas crianças de escolas e professores carecem de tempo para se preparar para lidar com os alunos que precisam de mais atenção.

Para ensinar uma criança com autismo, o professor precisa reexaminar sua filosofia educacional, métodos de ensino, recursos didáticos e sua postura. Esses fatores podem tornar os educadores inseguros. O primeiro contato entre professor e aluno foi difícil por se tratar de uma criança desconhecida e imprevisível. Ao ensinar essa criança, “visar desenvolver ao máximo suas competências e habilidades”, buscando sua interação social com as pessoas (BEREOHFF, 1993, p. 15, apud SILVA, 2015, p. 31).

É necessário repensar a formação de professores profissionais para que possam trabalhar em diferentes contextos e desempenhar um papel fundamental nos programas de inclusão. A formação inicial não categórica abrangendo todos os tipos de deficiência deve ser utilizada antes de iniciar a formação especializada em uma ou mais áreas relacionadas a uma deficiência específica (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Mas, no entanto, pode-se observar que nem sempre o que se prega na teoria é verdade, ou seja, na maioria das vezes a prática da inclusão na verdade fica apenas no papel, pois percebe-se que muitos dos presentes se dizem inclusivos.

As escolas acolhem esses alunos, confiando que irão acomodá-los, mas muitas vezes acabam por excluí-los por terem grande dificuldade de interagir com eles no processo de ensino, devido às suas diferentes características. Então, verifica-se que sob o manto de muita discussão e debate onde todos os professores declaram falta de formação, o que ainda se percebe são evidências de rótulos e estigmas que estão profundamente enraizados no imaginário social de cada profissional, a construção social do preconceito (SILVA, 2007, p. 159 apud PRAÇA 2011, p. 62).

A Declaração de Salamanca levanta uma questão muito interessante, referindo-se à preparação adequada de todo o pessoal educativo como fator chave na promoção de escolas inclusivas. Além disso, a importância de recrutar professores com deficiência como modelos para crianças com deficiência é cada vez mais reconhecida (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Segundo Orrú (2003), os autores acreditam que, para facilitar a educação dos autistas, é preciso primeiro facilitar a transformação da vida pessoal e profissional dos educadores como uma forma inovadora de educar os alunos autistas no processo. Para tanto, parte de três categorias para enriquecer o processo de entrega do conhecimento científico para a prática docente. São eles: reflexões sobre o comportamento dos educadores, conscientização da profissão docente e inovações trazidas pela prática investigativa (ORRÚ, 2003).

CAPÍTULO III - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

É sabido que a educação é essencial para o bom desenvolvimento do indivíduo para que ele possa atuar conscientemente como cidadão na sociedade, gozando de autonomia e liberdade. No entanto, entende-se que para que uma criança receba uma boa educação, uma educação de qualidade, para que ela possa seguir seu próprio caminho, principalmente aquelas crianças com deficiência que precisam de ajuda educacional especial, os professores precisam estar totalmente preparados. Para isso, é importante investir mais na formação de profissionais mais qualificados. No que diz respeito à formação de professores, Nóvoa (2015), um dos principais educadores da educação contemporânea, afirma:

A formação de professores deve passar por profundas mudanças. Na fase de formação inicial, encurta-se a distância entre a universidade e a escola e a cultura profissional, para que a teoria e a prática se promovam mutuamente. Na formação contínua, rejeitar a formação baseada no catálogo de cursos, e estabelecer o processo de cooperação e cooperação em torno do trabalho docente na escola. Como educador, assumimos também a responsabilidade pela nossa própria formação e pela formação dos nossos colegas (NÓVOA, 2015).

As universidades podem desempenhar um importante papel consultivo no desenvolvimento da educação para ou no contexto das deficiências, particularmente em pesquisa, avaliação, treinamento de professores, desenvolvimento de programas de treinamento e produção de materiais. A cooperação entre universidades e instituições de ensino superior em países desenvolvidos e em desenvolvimento deve ser promovida. Essa ligação entre pesquisa e treinamento é importante, assim como o envolvimento de pessoas com deficiência nessa pesquisa e treinamento para garantir que suas perspectivas sejam plenamente reconhecidas.

Como todos sabemos, a formação dos profissionais da educação é sem dúvida uma tarefa essencial, fundamentalmente importante para melhorar o processo de ensino e enfrentar diversas situações que implicam o respeito pelas limitações de cada indivíduo para uma educação de qualidade.

Uma das dificuldades encontradas na formação de educadores, ao pesquisar algum embasamento teórico para trabalhar com alunos com deficiência, é a ampla realidade sociocultural existente em nosso país, conforme Anexo da Política de Inclusão (2005) elaborado pelo Ministério da Educação.

Para atender a essa necessidade tão diversificada, o material destinado ao treinamento propõe uma linguagem abrangente o suficiente para ser utilizada por todos. Em alguns casos, no entanto,

observou-se uma simplificação excessiva do que foi proposto, bem como uma superficialidade muito distante de cada situação- problema específica realista. O mesmo documento refere que é comum encontrar material dirigido a professores que utilizam a informação como eixo central da sua formação.

A utilização de alguns conceitos é fundamental, mas é preciso integrar esses conceitos com a realidade de cada escola e a experiência de cada profissional da educação. Este trabalho de ligação é um processo diário e sistemático. Isso não acontece de uma vez por todas, só pode acontecer analisando a experiência de cada profissional em seu cotidiano de trabalho. Se você não considerar o caráter processual da formação desses profissionais, corre o risco de desconsiderar o conhecimento e a experiência prévia que cada indivíduo traz (MEC, 2005).

Ainda de acordo com o documento que acompanha a política de inclusão, destaca:

A formação docente deve ser um processo contínuo que permeie sua prática junto aos alunos, pautada no trabalho interdisciplinar e em equipes de apoio permanente. O saber de todos os profissionais da educação deve ser considerado e valorizado no processo de inclusão. Não é só uma questão de incluir os alunos, é uma questão de repensar os contornos da escola e o tipo de formação que esses profissionais estão comprometidos. Trata-se de desencadear um processo coletivo de tentar entender por que muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p. 21)

Por enquanto, a formação de professores claramente não é algo que pode ser alcançado da noite para o dia, é um processo contínuo e sem fim. Assim, conhecimentos construídos e internalizados na formação acadêmica constituem um educador no processo generoso da vida humana capaz de mudar; provocar mudança no outro, mudar o próprio ambiente muda a estrutura de um país (ORRU, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho é entender o que é o transtorno do espectro do autista, quais características apresentam as pessoas com o transtorno, como ele é classificado atualmente e o que os professores devem fazer quando estão recebendo esses indivíduos na sala de aula regular. Como todos sabemos, a educação é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e psicossocial dos indivíduos e, para que isso aconteça, esses profissionais precisam trabalhar em conjunto.

Ao longo do estudo, observou-se que quanto mais cedo uma criança com TEA for diagnosticada e iniciar o tratamento prescrito, maiores serão suas chances de desenvolver certas habilidades nas três áreas afetadas: comunicação, comportamento e socialização, de modo que essas pessoas tenham a oportunidade de ter uma vida mais independente no futuro, dependendo do grau de autismo que

apresentem, pois pode se manifestar em um indivíduo de maneira diferente em outro. Considera-se que a escola é o espaço ideal e mais completo para o desenvolvimento social e intelectual dessas crianças. O maior desafio para realmente alcançar a inclusão é a consciência social e uma maior representação das instituições educacionais e dos profissionais da educação e o apoio do governo, pois só assim é possível buscar possibilidades e possibilitar essa integração ao meio social e escolar.

Concluiu-se que, diante das complexidades apresentadas pelo TEA, há necessidade de maior reflexão sobre os currículos dos professores do ensino superior para que saiam de seus cursos de formação melhor preparados para empreender o processo de ensino daqueles com necessidades educacionais especiais de aprendizagem, principalmente alunos com autismo, pois é um transtorno muito complexo que se manifesta de diversas formas. Este trabalho tem implicações importantes para a reflexão sobre as sessões de formação de professores como um ato de reflexão sobre a prática docente ao lidar com crianças com deficiência, principalmente indivíduos com TEA, que requerem atenção mais especializada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Autismo: Orientação para pais**. Casa do Autista - Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil.

_. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/19/fl_9.pdf. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

FELICIO, V. C. **O autismo e o professor: um saber que pode ajudar**. 2007. Faculdade de Ciências, Campus de Bauru 2007. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2007.

GALVÃO, S V. **A prática pedagógica diante da inclusão do aluno com autismo em uma escola comum**. 2014. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LIMA P.A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MELO, A. M. S. R. **Autismo: Guia Prático**. 7ª Edição. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

NOGUEIRA, E. S. **Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Método de São Paulo. Licenciatura em Pedagogia. São Paulo, 2014.

SILVA, A. B. B. **Mundo Singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Ed. Fontanar, 2012.

VIEIRA, S. A. **Somos todos autistas, a gradação está nos rótulos**. Disponível em: autisters.blogspot.com/2009/07/autistando.html: Acesso em: 28/07/2024.